

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.051 - RS (2019/0034898-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : CARLOS ALBERTO RICHÁ**

**ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008**

**ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR E OUTRO(S) - DF028868**

**ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519**

**PEDRO RIBEIRO GIAMBERARDINO - PR052466**

**MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023**

**LEANDRO BAETA PONZO - SP375498**

**GUSTAVO HENRIQUE ALVES DA LUZ FAVERO - PR080619**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

**CARLOS ALBERTO RICHÁ** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, que denegou a ordem no HC n. 5042085-34.2018.8.04.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado porque teria empregado recursos públicos recebidos do Fundo Nacional de Saúde mediante convênio, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em desacordo com os planos a que se destinavam.

Neste recurso, alega a defesa, em síntese, "ausência de justa causa para o recebimento da ação penal em tela, visto inexistir suporte probatório mínimo de autoria delitiva, de parte do Paciente, para embasar a persecução penal" (fl. 300). Afirma que o paciente "jamais foi ordenador de despesas" e "também nunca atuou como Gestor ou Fiscal do Convênio" (fl. 300). Destaca que "a mera assinatura do Termo de Convênio pelo Paciente não é, de modo algum, suficiente a atribuir-lhe as funções que cabem exclusivamente ao Gestor, e muito menos, de responsabilizá-lo criminalmente pelas ilegalidades que possam vir a ser cometidas" (fl. 302).

Pede, liminarmente, a **suspensão da ação penal n. 5023937-24.2018.4.04.7000 até o julgamento de mérito do presente writ**. No mérito, requer o **trancamento da ação penal pela falta de justa causa para a persecução criminal**.

**Decido.**

Impende consignar que, conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento de processo em habeas corpus é medida excepcional e somente cabível quando demonstradas – de maneira inequívoca e a um primeiro olhar – **a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e dos indícios de autoria ou a existência de causa extintiva da punibilidade.**

O acórdão recorrido enfrentou as teses defensivas e não padece de ilegalidade flagrante, conforme se verifica dos trechos abaixo (fls. 279-280, grifei):

Arrematando, tenho que **os elementos de prova até aqui carreados aos autos são veementemente elucidativos no sentido de que:**

1. A servidora municipal foi condenada por apropriação de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, consistente no locupletamento de valores disponibilizados e direcionados a contas específicas, suas ou de terceiros. Essa situação é insuficiente para fragilizar a autoria do paciente quanto aos fatos desta demanda criminal;
2. Intimado ou notificado pelo Ministério Público, o paciente, então prefeito e gestor do convênio firmado entre o Município de Curitiba e a FUNASA, limitou-se a noticiar o ressarcimento ao erário dos montantes objeto do ajuste sem, contudo, asseverar sobre sua inexecução parcial, não obstante o integral saque das cifras em face dele creditadas na conta do Município. Essa situação é suficiente a respaldar a existência de mínimos indícios de autoria do paciente quanto aos fatos desta demanda criminal; e, ainda,
3. Há um outro fator a ser oportunamente sopesado, qual seja, o de informar a defesa a – exclusiva – autoria de MARINETE – e outros – quanto ao fato. Como esses, ou ela, foram condenados por peculato de valores do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, tal indicação de responsabilidade pelos fatos objeto desta nova demanda estão a noticiar ter havido confusão ou mescla dos recursos federais com outros, pertencentes ao Município o que, em primeira análise, não seria tolerável pelos limites da avença. Tal ilação, contudo, mormente porque apta a colorir crime de mera conduta, como já mencionei, há de ser avaliada no iter da instrução criminal.

Diante dos elementos apresentados, em análise perfunctória, não há como reconhecer, de plano, a plausibilidade jurídica do direito invocado.

Além disso, a medida de urgência formulada – suspensão da ação penal ao argumento de faltar justa causa para a persecução criminal – perpassa pelo exame do próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deve ser analisada no momento oportuno, quando serão examinados os fundamentos embasadores do pedido.

À vista do exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade inquinada coatora sobre os fatos alegados na inicial.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**